



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 16 de agosto de 2012

VALOR ECONÔMICO

Dilma põe setor privado no centro dos grandes projetos..... 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO


Governo vai propor reajuste aos servidores 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Pacote de R\$ 133 bilhões de Dilma é bem recebido pelos empresários 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VOZ DO NORTE

Mais um escândalo da administração municipal de Cruzeiro do Sul 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA
	TÍTULO Dilma põe setor privado no centro dos grandes projetos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O pacote de investimentos em infraestrutura anunciado pela presidente Dilma Rousseff quebra um paradigma dos governos do PT: de agora em diante, o investimento em rodovias e ferrovias será liderado pelo setor privado e não pelo Estado. O pacote de concessões prevê investimentos privados de R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos, dos quais praticamente R\$ 80 bilhões serão desembolsados nos próximos cinco anos. Ele transfere à iniciativa privada 7,5 mil quilômetros de rodovias, com novas regras para o início da cobrança de pedágio, e a construção ou modernização de 10 mil km de linhas ferroviárias - a malha tem hoje 28 mil km.

A reformulação geral que o governo fará no setor ferroviário terá impacto direto nas atuais concessionárias. Nas ferrovias que serão construídas pelas empresas passará a vigorar o modelo de "acesso aberto", que rompe com a regra de exclusividade na operação. Por meio da Valec, a nova malha poderá ser usada por diversas empresas interessadas em transportar cargas, eliminando o monopólio sobre as linhas.

Com pacote de R\$ 133 bi, União reduz presença em transportes

Por Daniel Rittner, André Borges e Rafael Bitencourt | De Brasília

Em gesto sem precedentes nas administrações petistas, a presidente Dilma Rousseff anunciou ontem pacote de concessões de rodovias e ferrovias que prevê investimentos privados de R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos, dos quais praticamente R\$ 80 bilhões serão desembolsados nos primeiros cinco anos de contrato. O pacote engloba a transferência para a iniciativa privada de 7,5 mil quilômetros de rodovias, com novas regras para o início da cobrança de pedágio, e a construção ou modernização de 10 mil quilômetros de linhas ferroviárias.

"Meu governo reconhece as parcerias com o setor privado como essenciais à continuidade e à aceleração do crescimento", disse Dilma, em cerimônia no Palácio do Planalto, aplaudida por dez governadores e um batalhão de grandes empresários. Sem fazer referência explícita aos governos do

PSDB, acusados constantemente de "privatistas" em campanhas eleitorais, a presidente buscou acentuar uma diferença no discurso que fez. "Não estamos desfazendo de patrimônio público para acumular caixa ou reduzir dívida. Estamos fazendo parceria para ampliar a infraestrutura do país, para beneficiar sua população e seu setor privado, para saldar uma dívida de décadas de atraso em investimentos em logística", afirmou.

Para amarrar todos os projetos e dar uma visão "integradora" às necessidades de transportes, o governo resolveu criar um novo órgão: a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que será presidida por Bernardo Figueiredo, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e alçado à condição de principal conselheiro de Dilma na área de infraestrutura.

A estatal fará estudos e conduzirá o planejamento não só de rodovias e ferrovias, mas também de portos e aeroportos, à semelhança do extinto Geipot - criado no regime militar, quando o país vivia um período inédito de investimentos em transportes.

O Programa de Investimentos em Logística, nome oficial do pacote anunciado por Dilma, lançou 7,5 mil quilômetros em concessões de rodovias - são 5,7 mil quilômetros em sete lotes novos e 1,8 mil quilômetros em dois lotes, a BR-040 (Brasília-Juiz de Fora) e a BR-116 (Minas Gerais), que já estavam com a licitação em andamento. Os trechos novos ganharam um cronograma bem definido: realização de audiências públicas em janeiro, publicação dos editais em março, leilões em abril e assinatura dos contratos até julho de 2013.

O ministro dos Transportes, Paulo Passos, ressaltou uma diferença básica das novas concessões: as empresas que assumirem a administração das rodovias só poderão iniciar a cobrança de pedágio quando 10% das obras tiverem sido executadas. Da malha total que será leiloada, 5,7 mil quilômetros requerem investimentos em duplicação de pistas, como os trechos da BR-101 entre Porto Seguro e Salvador (na Bahia), da BR-050 entre Cristalina e Uberlândia (Goiás e Minas Gerais) e quase todo o caminho entre Anápolis e Palmas pela BR-153 (Goiás e Tocantins). Ao contrário de concessões feitas antes, o tráfego nessas estradas é principalmente de cargas, e não de veículos de passageiros.

"A seleção do vencedor se dará pela menor tarifa de pedágio", disse Passos, explicando que o critério de disputa no leilão continuará sendo o mesmo. Logo em seguida, ele deixou claras algumas diferenças. Uma delas é que o investimento está concentrado nos cinco primeiros anos de contrato. "Não será cobrada tarifa na área urbana e os concessionários responsáveis pelos trechos somente poderão começar a cobrar pedágio quando tiverem concluído pelo menos 10% das obras de concessão em suas respectivas áreas de responsabilidade", acrescentou.

Com isso, o governo busca evitar as dores de cabeça que teve, por exemplo, com a OHL, vencedora de cinco dos sete lotes de rodovias concedidas em 2007 - incluindo Fernão Dias e Régis Bittencourt. Até hoje, a regra para o início da cobrança de pedágio era a execução de "serviços iniciais" nos seis primeiros meses de contrato, um trabalho que se resumia a pouco mais do que a poda de vegetação e um tapa-buracos. Os principais investimentos da empresa espanhola ainda não saíram do papel.


Na parte de ferrovias, o programa de concessões foi dividido em duas fases. A primeira etapa tem 2,6 mil quilômetros de extensão, leilão em abril e assinatura dos contratos até julho do ano que vem. Ela contempla seis trechos. Estão na lista um prolongamento da Norte-Sul - com administração privada - até o porto de Vila do Conde (PA), desobrigando os usuários da atual ferrovia a usar os trilhos da Vale, que seguem até o porto de Itaqui, no Maranhão. Está prevista ainda uma nova linha que corta a fronteira agrícola do Centro-Oeste, ligando Uruaçu (GO) a Lucas do Rio Verde (MT), principal região produtora de soja do país.

Nenhum outro anúncio teve o simbolismo do Ferroanel de São Paulo. Imaginado como obra pública desde o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com conclusão prometida para 2010, com inúmeros atrasos, o projeto jamais conseguiu ir para a frente. Agora, numa só tacada, o governo anunciou a concessão dos trechos norte e

sul. "É o maior gargalo que temos hoje na malha brasileira", disse Rodrigo Vilaça, presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Hoje, as composições que chegam à região metropolitana de São Paulo precisam esperar horas paradas, até que se abram "janelas" de operação na malha usada também para o transporte de passageiros.

A segunda etapa de concessões de ferrovias, com 7,4 mil quilômetros de extensão, tem leilões previstos para junho e assinatura dos contratos até setembro de 2013. Envolve trechos como Rio-Vitória e Belo Horizonte-Salvador, além da modernização da linha São Paulo-Rio Grande (RS). A Valec, conforme antecipou o Valor, deixará de construir as malhas, que serão concedidas. Caberá à estatal comprar essas ferrovias prontas e depois vender a capacidade de carga de transportes das linhas, remunerando, assim, a manutenção das vias.

O papel do **BNDES** será relevante na implantação do pacote, mas envolve condições diferentes, dependendo do setor. Nas rodovias, o financiamento prevê juros TJLP mais 1,5% ao ano, no máximo. Há três anos de carência e amortização do empréstimo em até 20 anos. Nas ferrovias, a previsão é de TJLP mais 1% ao ano, no máximo. Os demais prazos são maiores: cinco anos de carência e até 25 anos de amortização. Em ambos os casos, o **BNDES** financiará até 65% do investimento.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai propor reajuste aos servidores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo decidiu fazer uma proposta salarial concreta aos servidores públicos em greve há mais de dois meses. O acordo prevê reajuste entre 4,5% e 5,5%, a partir do próximo ano, e o estabelecimento de uma política de aumentos até 2015. Algo nos moldes feitos pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva em relação ao salário mínimo e que dê "previsibilidade" ao processo, conforme disse ao Valor uma fonte do Planalto. Incomoda muito a presidente Dilma Rousseff a ideia de que seu governo não quer negociar com os sindicalistas. "O governo quer uma solução para a greve e que os servidores voltem ao trabalho", disse um auxiliar da presidente. Dilma só não teria feito antes uma proposta porque não tinha uma resposta concreta para dar aos trabalhadores. Isso aconteceu ontem, quando o **Ministério** do Planejamento apresentou o projeto do governo às centrais.

Apesar do clima tenso, ruas interditadas e de um acidente com ônibus que trazia policiais para protestar em Brasília - e deixou 22 feridos -, o encontro das centrais com representantes do governo representa uma distensão nas relações entre Planalto e sindicalistas.

Governo deve propor reajuste entre 4,5% e 5,5%

Por Raymundo Costa e Lucas Marchesini | De Brasília

O **Governo Federal** decidiu fazer uma proposta salarial concreta aos servidores públicos, em greve há mais de dois meses. O acordo apresentado prevê reajuste entre 4,5% e 5,5%, a partir do próximo ano, e o estabelecimento de uma política de aumentos salariais até 2015. Algo nos moldes feitos pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva em relação ao salário mínimo e que dê "previsibilidade" ao processo, conforme informou ao Valor fonte autorizada do Palácio do Planalto.

Incomoda muito à presidente Dilma Rousseff a ideia segundo a qual seu governo não queria negociar com os sindicalistas. "O governo quer uma solução para a greve e que os servidores voltem ao trabalho", disse um auxiliar da presidente. Dilma só não teria apresentado antes uma proposta porque ainda não tinha uma resposta concreta para dar aos trabalhadores. Isso aconteceu ontem quando o

Ministério do Planejamento apresentou o projeto do governo às centrais.

Apesar do clima tenso, ruas interditadas e até de um acidente com ônibus que traziam policiais federais para protestar em Brasília - e que deixou 22 feridos -, o encontro das centrais com representantes do governo, ontem, não deixa de representar uma distensão nas relações políticas entre o Palácio do Planalto com os sindicalistas.

O dia amanheceu tumultuado em Brasília. Logo cedo, dois ônibus que traziam de Goiânia agentes da Polícia Federal para a manifestação na Esplanada dos **Ministérios** se envolveram em um acidente com um Gol e outro ônibus. Pelo menos 4.500 servidores (12 mil, segundo os organizadores) fecharam três faixas da via provocando um congestionamento que se refletiu por toda a região sul da cidade. No fim da manhã, dirigentes das centrais se reuniam com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) e o secretário do Tesouro, Arno Augustin. O governo também fez uma nova proposta para os técnicos-administrativos de universidades federais, mas manteve a oferta de reajuste salarial em 15,8% divididos em três anos.

Só a proposta em relação aos técnicos levaria a um impacto suplementar de R\$ 170 milhões no Orçamento. Ao longo dos três próximos anos, a estimativa é de R\$ 2,9 bilhões. O impacto total, se vingar o acordo com todos os servidores, somente poderá ser estimado depois que for definido o índice de reajuste de cada categoria. Com relação aos professores, o Palácio do Planalto não está disposto a dar um tostão a mais do que já propôs.

Auxiliares da presidente afirmaram que o governo só não apresentou antes uma proposta aos servidores porque não havia fechado os cálculos para o Orçamento de 2013. Na conversa com os sindicalistas, Carvalho adiantou: "A proposta não é a dos sonhos, é a possível."


Muito embora **Lula** insista que não interveio no assunto, quando conversou com sindicalistas da CUT criticou a falta de "jogo de cintura" dos técnicos do **Ministério** do Planejamento no trato com os grevistas. Antes dos sindicalistas, o presidente teve uma longa conversa com a presidente Dilma Rousseff.

Além da proposta salarial concreta para o conjunto de servidores, que estava sendo discutida ontem à noite pelas centrais, o acordo do governo também prevê tratamento diferenciado para algumas categorias - militares, por exemplo -, não no que se refere diretamente aos salários, mas a benefícios.

No fim do dia, os agentes da Polícia Federal eram os servidores que ainda demonstravam um alto grau de radicalização. Eles reivindicam reajuste de até 160% em três anos. O diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Pésio Fagundes, disse que não foi discutida nenhuma tabela de correção salarial na reunião com o secretário de Relações de Trabalho do **Ministério** do Planejamento, Sérgio Mendonça. O presidente da federação

sindical dos policiais federais, Marcos Winck, prometeu uma "quinta-feira negra" em reação à não apresentação de uma proposta, com operações-padrões em portos, aeroportos e fronteiras.

Enquanto isso, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, afirmou que está otimista com a possibilidade de fechar um acordo ainda hoje com os técnicos administrativos das universidades federais. Depois disso, é preciso chegar a um consenso no que diz respeito ao cronograma de reposição de aulas, o que deve acontecer nos meses de janeiro, dezembro e fevereiro. (Colaboraram Edna Simões e Murilo Rodrigues Alves)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Pacote de R\$ 133 bilhões de Dilma é bem recebido pelos empresários		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Programa de concessões de rodovias e ferrovias anunciado ontem pela presidente é o primeiro passo para resolver os nós logísticos do país, dizem representantes da iniciativa privada. Mas ponderam: o investimento previsto não é suficiente.

Empresários elogiam pacote de R\$ 133 bilhões para logística

Este é o montante que o governo quer atrair em investimentos para obras em rodovias e ferrovias

Simone Cavalcanti e Ruy Barata Neto

Um volume de R\$ 133 bilhões. Esse é o montante que o governo quer atrair em investimentos nas concessões para a reforma, ampliação e criação de rodovias e da malha ferroviária brasileira ao longo dos próximos 25 anos.

O Programa de Investimento em Logística, anunciado ontem pela presidente Dilma Rousseff, prevê a entrega à exploração pelo setor privado de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de linhas férreas.

Os projetos foram escolhidos para fazer uma integração e, conseqüentemente, melhora da logística do país.

Empresários presentes ao anúncio do pacote, que se reuniram em seguida com o ministro Guido Mantega (Fazenda), elogiaram as medidas do governo. "Ficamos com a percepção de que é para investir", disse Carlos Eduardo Sanches, presidente do grupo EMS, ao sair do encontro com Mantega (leia mais abaixo). Mas consideraram que as medidas ainda insuficientes para suprir todas as necessidades do país com infraestrutura. "O **Brasil** necessita de 1,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em logística, hoje é de cerca de 0,74%", disse Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

Para os próximos cinco anos, o governo quer ver aplicados R\$ 79,5 bilhões nos dois modais de transporte. O restante deve ser investido durante o curso da concessão. "Nós estamos fazendo parceria para ampliar a infraestrutura do país, para beneficiar sua população e seu setor privado, para saldar uma dívida de décadas de atraso em investimentos em

logística, e, sobretudo, para assegurar o menor custo logístico possível, sem monopólios", disse a presidente durante o anúncio.

Como parte do plano de concessão, foi anunciada a transformação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Étav) para a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que será responsável por planejar e gerir a logística do país no médio e longo prazo.

Na visão de Dilma, um país continental como o **Brasil** precisa planejar os modais de transporte em conjunto e buscar a integração dos modais e das cadeias produtivas.

Ela assinou ontem a Medida Provisória para a mudança das empresas e que deve ainda ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O modelo para a concessão das rodovias segue o mesmo que vem sendo implementado, ou seja, ganha o consórcio que oferecer a tarifa menor ao usuário.

Além disso, não serão cobrados pedágios de tráfego urbano e as taxas só poderão ser cobradas quando estiver pelo menos 10% das obras de concessão concluídas.

"Temos a convicção de que é imperativo para o **desenvolvimento** sustentável uma rede eficiente e de tarifas módicas, com custos de operações de transportes mais baratos", afirmou o Ministro dos Transportes, Paulo Sergio Passos.

A novidade fica com o modelo para a reforma e ampliação de trechos ferroviários. O governo resolveu adotar a Parceria Público Privada (PPP), mas também seguirá os princípios de menores tarifas e com garantia de direito de passagem para as empresas que tiverem capacidade de transporte de carga.

Segundo Passos, a Valec contratará a construção e manutenção bem como a operação dos trechos ferroviários.

O novo modelo coloca o governo no seu papel correto, que é o de planejar, regular e fiscalizar, e chama a iniciativa privada para aquilo que ela faz melhor: investir

Paulo Skaf

Presidente da Fiesp

O plano é factível, mesmo porque a iniciativa privada nunca deixou de corresponder ao chamamento do governo nos casos de concessões. É isso o que vai acontecer

Paulo Godoy

Presidente da Abdib

É um kit felicidade para o Brasil

Eike Batista

Presidente do grupo EBX

As cargas, via trem, serão levadas de forma mais rápida ao destino e de forma muito mais barata do que o transporte rodoviário

José Martins

Vice-presidente de Relações Internacionais da Marcopolo

Até o fim do ano, esses contratos devem começar a andar. As metas devem ser custos eficientes, custos competitivos e qualidade de serviços Jorge Gerdau

Presidente da Câmara de Políticas de Gestão da Presidência da República

Eike já pensa em entrar no setor de portos

Ele foi um dos 40 empresários recebidos pelo ministro Guido Mantega após o anúncio

"O Brasil está mostrando um pacote do tamanho do país".

A frase, dita ontem pelo empresário Eike Batista após o anúncio do plano de concessões no Palácio do Planalto, indica que, finalmente, o governo pode ter conseguido dar a injeção de ânimo que faltava à iniciativa privada.

Uma boa parte dos trechos de ferrovias e rodovias que serão reformadas e duplicadas por meio de investimentos privados beneficiarão projetos portuários que o seu grupo EBX vem investindo.

Segundo ele, os três maiores projetos portuários que estão em andamento (Porto do Açú, Porto Sudeste e Porto Sul) já somam investimentos da empresa de quase R\$ 7 bilhões. E quer mais: "Pode ser que na semana que vem tenham projetos de portos que me interessem, mas eu vou olhar."

Eike foi um dos 40 grandes empresários e representantes de associações recebidos pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na parte da tarde.

Segundo relato dos participantes, o ministro não teria falado diretamente sobre a necessidade dos empresários voltarem a investir, depois do freio registrado neste ano. "Ele não precisou pedir, mas da forma como foi posto, ficou implícito", disse Paulo Tigre, executivo da DHB, empresa do ramo de autopeças. "Ficamos com a percepção de que é para investir", disse ao sair do encontro com Mantega, Carlos Eduardo Sanches, presidente do grupo EMS.

Segundo ele, há muito interesse em montar um consórcio para rodovias.

Governo espera atrair mais investimentos estrangeiros

Parte do ingresso deve ocorrer por meio da compra de debêntures e vai compor os recursos privados

O governo espera atrair investidores estrangeiros para as concessões de rodovias e ferrovias que foram anunciadas ontem pela presidente Dilma Rousseff dentro do Programa de Investimento em Logística. "As taxas de juros dos títulos públicos dos países desenvolvidos estão negativas e isso pode impulsionar os investidores a projetos com boa rentabilidade", disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

A expectativa de Barbosa é que os investimentos venham de países da Ásia e também dos Estados Unidos. "Principalmente os fundos de pensão americanos".

Como o Brasil é grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, não há mais impedimento para que esses grupos aportem seu capital por aqui.

Parte desse ingresso deve ocorrer por meio da compra de debêntures e vai compor os recursos privados necessários para a execução das obras concedidas pelo setor público às Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Essa modalidade de captação já conta com isenção do Imposto de Renda para os compradores não-residentes e o governo espera que essa seja a oportunidade para o instrumento deslançar. "Os bancos privados também devem participar com empréstimos ponte que, junto com as debêntures, deve aprofundar bastante o mercado de capitais no país", afirmou o secretário.

Letícia Queiroz Andrade, sócia de regulatório do escritório Siqueira Castro Advogados, também espera um volume de participação alto de recursos estrangeiros para esse plano. Mas, segundo ela, devem estar mais concentrados nas ferrovias, que serão oferecidas por meio de Parcerias Público-Privadas. "Esse modelo faz sentido porque a

construção da malha ferroviária sai muito cara", afirmou. Como no Brasil não se produz equipamentos, disse a advogada, como o próprio trem, vagões e os trilhos, para linhas férreas, os estrangeiros têm mais conhecimento e acesso a esses componentes no exterior.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou que, desde outubro do ano passado, vem entrando em contato com investidores internacionais para falar sobre o projeto de concessões que o governo brasileiro lançaria. "Eles podem ou não entrar em parceria conosco, mas estão interessados", disse o executivo, ressaltando que todas as concessões que afetarem o transporte da produção da empresa, como as ferrovias e portos, interessam. "Eu acabei de vir da Ásia, as pessoas veem o tamanho do Brasil e nunca entendem como aqui não há investimentos, como nunca se chamou capital estrangeiro para participar de concessões", disse o empresário Eike Batista.

Para o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal, as concessões colocarão o Brasil no ritmo de crescimento chinês a partir da atração do capital estrangeiro. "Como o nosso financiamento tem limites, precisamos trabalhar para chamar recursos de fora do país".

O governo não prevê quaisquer efeitos colaterais pressionando o câmbio com o ingresso desses recursos. Mesmo considerando que a totalidade de investimentos esperados para cada ano, R\$ 12,8 bilhões, venha do exterior (o que seriam US\$ 6,4 bilhões ao câmbio atual) não causará apreciação excessiva do real frente ao dólar.

Planalto cria estatal para atuar como sócia

Bernardo Figueiredo classifica a empresa como uma "sociedade anônima pública"

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) terá a capacidade de participar como sócia de empreendimentos de infraestrutura e não terá função restrita de planejar a integração do sistema de transportes do país.

O presidente da nova estatal, Bernardo Figueiredo, classifica a empresa como uma "sociedade anônima pública", mas com um braço operacional que será inaugurado com o projeto do trem de alta velocidade (TAV). "Para o TAV, por exemplo, a ideia é capitalizar a empresa em R\$ 800 milhões", afirma sem adiantar detalhes de como será viabilizado o modelo.

Bernardo explica que o projeto do TAV acabou ficando de fora do anúncio do pacote de concessões por uma questão de bom senso da presidente Dilma Rousseff.

Como o projeto já foi anunciado há tempos, críticos do governo poderiam enxergar uma tentativa de inflar o atual pacote de concessão.

Segundo ele, o projeto está andando sem maiores problemas. "Se ainda tiver algum, não tenho dúvidas que iremos resolver", afirma.

	VEÍCULO VOZ DO NORTE	EDITORIA	
	TÍTULO Mais um escândalo da administração municipal de Cruzeiro do Sul		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministério Público acata denúncia contra Vagner Sales por asfaltar estrada de acesso a sua fazenda com dinheiro público

Benefício próprio: nenhum morador está localizado ao longo dos quatro quilômetros de asfalto

O promotor de justiça substituto da Comarca de Cruzeiro do Sul, Rodrigo Fontoura de Carvalho, com atribuições na área de Direitos Difusos e Coletivos, instaurou processo de investigação para apurar denúncias de que o prefeito do município, Wagner Sales (candidato à reeleição pelo PMDB), gastou R\$ 300 mil de um convênio com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** para asfaltar um ramal de três quilômetros onde não mora praticamente ninguém e que beneficia apenas o dono de uma fazenda na região, no caso o próprio prefeito.

Wagner Sales está se enrolando numa teia de escândalos na administração em Cruzeiro do Sul

A denúncia foi feita em abril deste ano pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul (STR-CZS), João Silva Nascimento, também conhecido como “Todo Feio”. A denúncia foi publicada pela Página 20 na edição de 21 de abril deste ano.

PROMOTOR Rodrigo Fontoura instaurou processo de investigação para apurar denúncias contra o prefeito de Cruzeiro do Sul

O sindicalista chegou a tirar fotografias para provar que, de um lado e outro do ramal, não há moradores a serem beneficiados com as obras, já que as terras da localidade, em sua grande maioria, pertencem ao prefeito. Além de entregar as fotografias ao promotor, o sindicalista “Todo Feio” passou a manhã desta terça-feira 14 sendo inquirido pelo promotor. O diretor-geral do jornal “Voz do Norte”, Élon Luiz Alves da Costa, que publicou uma reportagem com as denúncias do sindicalista “Todo Feio” também foi ouvido.

Abordado pela imprensa, Élon Luiz Alves da Costa disse que, em seu depoimento, apenas manteve o que lhe foi informado quando a denúncia foi publicada. Seu depoimento foi dado nos seguintes termos: “Que em março deste ano, o depoente foi procurado por produtores rurais da região

denunciando que o prefeito Vagner Sales estaria asfaltando o ramal que dá acesso a sua fazenda, deixando de asfaltar outras localidades, principalmente entre o trecho da Universidade Federal do Acre-Ufac e o Igarapé Canela Fina, a uma distância de dois quilômetros; Que o depoente foi ao local e constatou o asfaltamento da estrada que dá acesso até as proximidades da porteira da fazenda do senhor Vagner Sales; Que ao ir ao local o depoente procurou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, João Silva Nascimento, conhecido por Todo feio, que sabia do asfaltamento; Que Todo feio concedeu entrevista ao depoente, relatando que várias pessoas estavam prejudicadas pela falta de asfaltamento em seus ramais e que o asfaltamento do Canela Fina não atendia a nenhum produtor rural, até porque só existem duas fazendas às margens do ramal asfaltado; Que o depoente esclarece que durante sua visita ao local, em 30 de março de 2012, aproveitou para registrar fotograficamente a situação, e lá constatou que ao longo do trecho asfaltado não há nenhum morador, conforme as 39 fotografias apresentadas”, diz o depoimento.

O presidente do STR/CZS, Todo Feio, diz que é revoltante a ação do prefeito que deixou de beneficiar produtores para asfaltar o ramal da sua fazenda

“Todo Feio” disse que o promotor, em relação a seu depoimento, agiu na mesma direção do depoimento de Élon Costa e solicitou sejam apresentadas as lideranças rurais que fizeram as primeiras denúncias. “Nós temos conhecimento de que pelo menos sete pessoas estão dispostas a depor indignadas com a situação”, afirmou “Todo Feio”. Segundo ele, o promotor não quer falar sobre o assunto até a conclusão do inquérito. “O que a gente sabe é que as coisas não estão nada boas para o lado do prefeito”, acrescentou.

De acordo com a denúncia inicial, os recursos que financiaram o asfaltamento da estrada para a fazenda do prefeito foram obtidos, através de convênios, junto à **Superintendência**

da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**. A estrada é conhecida como Ramal do Badejo do Meio, localizado após a ponte do Sacado da Alemanha, nas imediações da comunidade Canela Fina, numa extensão de 4 quilômetros

entre a comunidade Boca da Alemanha, na BR-307, e a ponte do Canela Fina. Alguns também chamam a localidade de a “Estrada da Ufac”, porque dá acesso ao Campus da Universidade Federal do Acre.

O sindicalista reafirmou que chega a ser revoltante que o prefeito nada faça pelos produtores rurais e, quando tem uma oportunidade de fazer, como o asfaltamento de um ramal, direcione os recursos para beneficiar sua propriedade privada.